

A circulação afetiva do refugiado: transformações e deslocamentos diante da emergência da extrema-direita¹

Sofia Machado Tizzo²

RESUMO

Este artigo analisa o refúgio sob a ótica da virada afetiva nas Relações Internacionais. Identifica-se uma lacuna teórica, pois a dimensão dos afetos é pouco explorada de forma sistemática na disciplina. O objetivo, assim, é investigar como a circulação de afetos sobre o refugiado foi deslocada pela ascensão da extrema-direita. Utilizando metodologia interpretativa, qualitativa e o método hipotético-dedutivo baseado em revisão bibliográfica, os resultados apontam um deslocamento na economia afetiva do medo. O temor, antes associado à vulnerabilidade do refugiado, é transferido para a população receptora, transformando o sujeito de alguém que teme para alguém que inspira temor. Conclui-se que governos de extrema-direita instrumentalizam a política do medo e narrativas de crise, fundamentadas na racionalidade neoliberal, para legitimar a securitização da mobilidade e a desumanização dos refugiados em busca de estabilidade simbólica e segurança ontológica.

Palavras-chave: refúgio; extrema-direita; afetos; medo; securitização.

ABSTRACT

This article analyzes refuge from the perspective of the affective turn in International Relations. A theoretical gap is identified, as the dimension of affections is rarely explored systematically in the discipline. The objective, thus, is to investigate how the circulation of affections toward refugees has been displaced by the rise of the far right. Using interpretive, qualitative methodology and the hypothetical-deductive method based on a literature review, the results point to a shift in the affective economy of fear. Fear, previously associated with the vulnerability of refugees, is transferred to the receiving population, transforming the subject from someone who fears to someone who inspires fear. It is concluded that far-right governments instrumentalize the politics of fear and narratives of crisis, based on neoliberal rationality, to legitimize the securitization of mobility and the dehumanization of refugees in search of symbolic stability and ontological security.

Key-words: refuge; far right; affections; fear; securitization.

1. INTRODUÇÃO

A temática do refúgio tem mobilizado muitos pesquisadores, quer por demandas sociais específicas ou devido a horizontes de reflexão normativa. Dentre os importantes estudos da área, destacam-se as produções de Carolina Moulin, que avançam nas investigações aplicadas e teóricas. Uma inovação relevante da autora, e que serve de ponto de

¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais. Orientador(a): Prof^a. Lara Martim Rodrigues Selis.

² Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: sofia.tizzo@ufu.br

partida para essa pesquisa, trata-se de uma perspectiva capaz de abordar os regimes de proteção ao refugiado reconhecendo a atuação paralela de um circuito de afetos, que constituem e são constituídos por tais normativas. Em um artigo publicado em 2012, Moulin apresenta a ideia de que a construção do estatuto dos refugiados, firmada na Convenção de Genebra de 1951, absorve em sua descrição uma pressuposição específica no campo dos afetos, especificamente relacionada ao medo, emoção constitutiva da natureza forçada do deslocamento.

Nesse sentido, tal relação é manifesta na descrição do refugiado, que prevê a condição *sine qua non* de um “fundado temor de perseguição” a partir da qual as instâncias de proteção podem ser juridicamente incitadas. Seu argumento, desse modo, é de que o refugiado, enquanto um habitante por excelência do internacional, ao ser expulso para esse espaço anárquico organizado ao redor do medo patológico da morte iminente, é, então, envolto por esse afeto. O medo, ainda que não abordado explicitamente, configura uma cena capaz de justificar as demandas por (re)integração a nível nacional, ou seja, enquanto uma justificativa para a concessão de proteção pelo Estado receptor.

A presente pesquisa parte dessa reflexão com intuito de investigar o circuito de afetos que é desencadeado dessa normativa, em particular no contexto atual marcado pela emergência de governos de extrema-direita, que utilizam como pauta discursos ultraconservadores marcados pela xenofobia e estímulo a políticas anti-migratórias. Nesse sentido, a pergunta norteadora deste trabalho é: como a circulação dos afetos nos discursos (ou práticas discursivas) sobre o refugiado tem sido transformada e deslocada a partir da emergência de governos de extrema-direita?

A hipótese central deste trabalho sustenta que ocorre um deslocamento na economia afetiva do medo: anteriormente articulado à figura do corpo refugiado, esse afeto passa a ser progressivamente associado aos corpos residentes do país de destino. Tal deslocamento ocorre na medida em que um dos objetivos políticos da extrema direita consiste em mobilizar a insatisfação popular (produzida por crises econômicas, sociais e políticas) como fundamento discursivo para a construção da figura do migrante enquanto ameaça à segurança e à identidade nacional. Para isso, fazem uso de discursos que se baseiam em temas como perda de postos de trabalhos e aumento da criminalidade com o objetivo de alimentar o medo social e fortalecer a percepção desse grupo enquanto uma ameaça ao bem-estar e à ordem nacional.

Reconhece-se que a securitização da figura do refugiado não constitui uma prática exclusiva de governos de extrema direita; sustenta-se, contudo, que tais administrações promovem uma agudização e intensificação desses processos. Nesse contexto, o medo que

antes, na linguagem normativa, era associado à figura do refugiado enquanto um indivíduo vulnerável e em busca de proteção, é deslocado socialmente para o imaginário estatal e popular que coopta para si a circulação da fragilidade. Desse modo, tem-se a transformação do refugiado de um alvo do medo para sua fonte; ou seja, de alguém que teme, para alguém que inspira temor, o que resulta na dessensibilização dessa figura e oferece o caminho para o desenvolvimento de discursos e políticas anti-migratórias. Nesse cenário, há uma mudança na própria circulação social dessa figura, o que gera transformações nos consensos sociais sobre o tema do refúgio e na legitimidade dessa normativa, que passa a ser desafiada.

A justificativa para a execução desse trabalho reside no fato de que, nas últimas décadas, o mundo tem observado a emergência de um deslocamento significativo de refugiados, causado por dimensões humanitárias e de graves violações de direitos humanos, ambientais, políticas e socioeconômicas. As crises, nesse sentido, provocam deslocamento, pois forçam indivíduos e comunidades a migrarem em decorrência de situações que estão além de sua capacidade de controle. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o final do ano de 2023, havia 43,4 milhões de refugiados no planeta, o que representa 1,5% da população mundial. No Brasil, apenas no ano de 2023, quase 60 mil pedidos de refúgio foram realizados (ACNUR, 2023).

Mediante os dados, entende-se que o tema do refúgio é extremamente relevante para a compreensão dos desafios contemporâneos associados às migrações forçadas. Ademais, considerando o cenário atual de ascensão de governos conservadores com pautas anti-migração, o estudo do fenômeno do refúgio é fundamental para a compreensão de qualquer política ou discurso que possa vir a impedir o acesso aos direitos humanos desse grupo. Esse trabalho também se mostra relevante ao incluir a análise do tema a partir da dimensão dos afetos, que não é explorada de forma significativa no campo das Relações Internacionais.

O objetivo deste artigo é analisar como ocorre o deslocamento afetivo na construção social do refugiado, levando em consideração a emergência da extrema-direita e a forma como esses governos deslocam, de forma intencional, essa figura de um sujeito vulnerável (portador de medo) em um alvo de ameaça e temor social. Nesse sentido, a natureza da pesquisa é interpretativa, já que a finalidade é interpretar as condições de possibilidade que permitem que certas emoções sejam mobilizadas e ressignificadas a partir de discursos políticos e sociais, afetando a forma que o refugiado é percebido e tratado socialmente. O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, pois parte-se da hipótese inicial de que a ascensão de governos de extrema-direita tem como resultado o deslocamento afetivo da

construção do refugiado. Dessa forma, o intuito é testar essa hipótese à luz da literatura especializada. As fontes de pesquisa são secundárias, e a análise é qualitativa. O método de procedimento aplicado para a execução do objetivo da pesquisa foi a revisão bibliográfica, com o intuito de construir o referencial teórico e identificar contribuições acadêmicas que sustentem a discussão proposta.

1. A VIRADA AFETIVA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A virada afetiva aconteceu no campo das Relações Internacionais (RI) a partir do começo dos anos 2000. Antes disso, mesmo sendo notável que as emoções possuíam um papel significativo para a compreensão dos fenômenos sociais, seu reconhecimento como variável relevante para a disciplina era bastante precário. Não havia, até então, estudos explicitamente vinculados ao campo que focassem, de forma sistemática, em como as emoções funcionavam e se os papéis pré-designados para emoções específicas eram contundentes com a realidade (Hutchinson, 2018). Por outro lado, ainda que de forma não problematizada, as emoções estavam presentes nas literaturas canônicas do campo:

Do pensamento clássico de Hobbes e Morgenthau ao estruturalismo do pós-guerra de Kenneth Waltz, o realismo político baseou-se na presença de emoções influentes, sobretudo a ansiedade e o medo. Já a amizade e a confiança, em contraste, desempenharam um papel fundamental na forma como os liberais conceberam uma ordem internacional mais cooperativa (Hutchinson, 2018, p. 1, tradução minha).

Segundo Crawford (2000), existem algumas razões que fizeram com que as emoções não fossem consideradas relevantes nas RI. A primeira delas está no cerne teórico da disciplina, que é a suposição da racionalidade dos atores. Essa, consequentemente, fez com que tudo que é visto como uma forma de “irracionalidade”, como as emoções muitas vezes são, fosse desconsiderado (Crawford, 2000). Além disso, as emoções que os teóricos, principalmente do campo da segurança, de fato consideram, como ódio e medo, não são problematizadas e, muitas vezes, são assumidas como óbvias (Crawford, 2000). Por fim, Crawford (2000) chama a atenção para as dificuldades metodológicas que permeiam a teorização das emoções, vistas majoritariamente como internas aos indivíduos e de difícil generalização.

Nas últimas duas décadas, o estudo das emoções tornou-se mais importante para a disciplina em razão de três principais “mudanças” (Hutchinson, 2018). Em primeiro lugar, as emoções passaram a ser percebidas como centrais para a existência humana e, desse modo, cruciais para a análise da política (Hutchinson, 2018). Ademais, a visão de que a

racionalidade é completamente livre de emoções não se verificou; de fato, teóricos passaram a deixar claro que “(...) as emoções ajudam a moldar o que cada um de nós concebe como “racionalidade” (...)” (Hutchinson, 2018, p. 2, tradução minha). Enfim, para Hutchinson (2018), um avanço essencial foi o desenvolvimento de pesquisas que demonstram que as emoções são socialmente construídas. Isso significa que as emoções estão indubitavelmente ligadas aos discursos e estruturas sociais, que moldam a forma de nossas emoções, e o contrário também é verdadeiro, entendendo-se que os sistemas sociais são constituídos a partir dos estados emocionais predominantes (Hutchinson, 2018).

Nesse contexto, afinal, como as emoções podem ser conceitualizadas? Neste trabalho, farei uso da definição de Neta Crawford: “As emoções são os estados internos que os indivíduos descrevem para os outros como sentimentos, e esses sentimentos podem estar associados a estados e mudanças biológicas, cognitivas e comportamentais.” (Crawford, 2000, p. 125, tradução minha). A partir desta, é possível desenvolver algumas conclusões. A primeira delas é que as emoções, mesmo sendo experimentadas internamente, possuem componentes psicológicos, intersubjetivos e culturais (Crawford, 2000). Isso, para Crawford (2000), significa que as emoções são interpretadas e construídas no campo social. Portanto, podem possuir diferentes expressões e componentes em configurações organizacionais e culturais distintas (Crawford, 2000). Assim, emoções e relações emocionais são socializadas e, por isso, também podem ser manipuladas (Crawford, 2000).

Além disso, Crawford destaca que:

Assim como as intenções, emoções podem ser mal interpretadas. A distância ou diferença cultural afeta a capacidade de interpretar as emoções do outro. As diferenças entre culturas, sexos e atitudes de grupos em relação às emoções e à sua expressão geralmente são estereotipadas e exageradas. Por outro lado, as diferenças às vezes também não são levadas em consideração. Os indivíduos tendem a ver as emoções de outros grupos de forma diferente da própria compreensão que os membros desses grupos têm de suas emoções, e a distância cultural pode determinar a capacidade de decodificar a emoção (Crawford, 2000, p. 133, tradução minha).

A autora também ressalta a importância da análise das relações emocionais entre grupos. Para ela, as relações estabelecidas previamente entre grupos têm a capacidade de influenciar a forma como as razões e intenções por trás do comportamento alheio são interpretadas (Crawford, 2000). Assim, as relações emocionais, mesmo podendo ser neutras, na maioria das vezes são pautadas por sentimentos como empatia ou hostilidade, e também são afetadas por fatores como etnocentrismo e nacionalismo (Crawford, 2000). No entanto,

como as emoções não são fixas no tempo, esses estados vínculos podem ser alterados, especialmente através do contato emocional entre os grupos (Crawford, 2000).

Nesse sentido, Crawford foi pioneira ao destacar a importância de considerar as emoções nos estudos de RI e conceituar que, de fato, as emoções são parte intrínseca do mundo político. Bleiker e Hutchinson, assim, fazem uso da autora para desenvolver sua própria teorização sobre a relação entre emoções e as RI. Para esses autores, “As emoções nos ajudam a compreender a nós mesmos e a nos situar em relação aos outros e ao mundo que nos cerca. Elas moldam formas de compreensão pessoal e social e, assim, são inclinações que levam os indivíduos a situar sua identidade dentro de um coletivo mais amplo” (Bleiker; Hutchinson, 2008, p. 123, tradução minha). Por isso, as emoções também podem ser entendidas como juízos de valor, porque são sempre direcionadas a algo ou alguém e possuem razões específicas para existir (Bleiker; Hutchinson, 2008).

Bleiker e Hutchinson, ademais, inovam ao tentar compreender o processo que faz com que as emoções saiam do campo individual e tornem-se coletivas e políticas (Hutchinson; Bleiker, 2014). Para isso, desenvolvem uma teorização que envolve duas escolas de pensamento: as abordagens macro e micro. As primeiras desenvolvem teorizações generalizantes para entender a importância das emoções no campo das RI (Hutchinson; Bleiker, 2014). Já a abordagem micro analisa como emoções específicas, como o medo e a empatia, adquirem significados diferentes em contextos políticos específicos (Hutchinson; Bleiker, 2014).

Relevantes em suas especificidades, essas abordagens também possuem pontos em comum:

Ambas buscam captar o que são as emoções e como elas funcionam na política mundial. Ambas concordam que as emoções são mais do que apenas fenômenos individuais e privados e, como tal, exigem uma teorização política mais ampla. As respectivas contribuições se apoiam em diferentes disciplinas e traçam caminhos distintos, mas, em conjunto, essas investigações analisam como as emoções ajudam a constituir o âmbito social de forma que são mediadas por identidades políticas, comunidades e comportamentos recorrentes (Hutchinson; Bleiker, 2014, p. 497, tradução minha).

Contudo, as abordagens macro e micro também possuem problemas conceituais. No que tange a primeira escola, há o risco de homogeneização, quando utilizada sozinha, por não considerar a complexidade da relação entre cultura e emoções (Hutchinson; Bleiker, 2014). Em relação a abordagem micro, tem-se uma dificuldade em desenvolver uma teoria ampla a partir de seu uso, por focar em padrões emocionais específicos que, na maioria dos casos, não

podem ser generalizados (Hutchinson; Bleiker, 2014). Por isso, para os autores, é necessário “Concentrar-se nos mecanismos específicos por meio dos quais as emoções são socialmente incorporadas e podem, em circunstâncias particulares, tornar-se coletivas, o que faz com que seja possível teorizar a política da emoção de uma forma que reduz o risco de homogeneizá-las.” (Hutchinson; Bleiker, 2014, p. 499, tradução minha).

Portanto, através do uso conjunto das abordagens macro e micro, torna-se possível desenvolver um modelo concreto para a teorização das emoções (Hutchinson; Bleiker, 2014). Ademais, os autores destacam a importância de considerar as representações, que são o processo através do qual as emoções individuais se tornam coletivas e políticas (Hutchinson; Bleiker, 2014). Isso pois, como apresentado por Crawford (2000), as emoções são, por natureza, internas aos indivíduos. Assim, é por meio de gestos, narrativas ou outras formas de comunicação que os sentimentos e crenças podem ser expressados para o mundo (Bleiker; Hutchinson, 2008). Dessa forma, é através da representação que as emoções adquirem uma dimensão coletiva e, por meio desta, podem ser utilizadas para moldar processos políticos e sociais (Bleiker; Hutchinson, 2008). A maneira através da qual as emoções são expressas e comunicadas, portanto, é a única forma que permite com que elas de fato possam ser capturadas no campo social (Hutchinson; Bleiker, 2014).

Dessa forma, mediante as contribuições desses três autores - Crawford, Hutchinson e Bleiker - fica claro que, a partir da virada afetiva, as emoções adquiriram um papel mais relevante no campo de análises teóricas das RI. Para Crawford (2000), a consideração das emoções para o desenvolvimento das teorias de RI resulta em algumas implicações importantes. A principal delas está associada à mudança na concepção do comportamento dos atores, que passam a não mais ser vistos como completamente racionais (Crawford, 2000). Dessa forma, abre-se espaço para outras considerações além da dicotomia clássica entre racionalidade e irracionalidade que, em seu cerne, desconsidera o papel relevante que as emoções possuem enquanto construções sociais, culturais e políticas (Crawford, 2000).

Portanto, considerar as emoções no campo das RI significa a possibilidade de que novos tipos de perguntas e proposições surjam, e, dentro dessas, que proposições de outras áreas teóricas, como a psicologia, sejam utilizadas para o estudo da política internacional (Bleiker; Hutchinson, 2008). As emoções, dessa maneira, podem contribuir de forma significativa para as análises na área. No próximo tópico, irei analisar se o mesmo pode ser afirmado sobre a aplicação das emoções no campo de estudos migratórios.

2. EMOÇÕES NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Quando aplicadas a mobilidade humana, as emoções são utilizadas, tradicionalmente, para entender a motivação emocional do ato de se deslocar, as interações experimentadas durante o processo migratório, o sentimento de ligação com o local de origem e uma possível noção de pertencimento com o novo destino (Carling; Collins, 2018). Recentemente, contudo, essa visão foi expandida e, para alguns teóricos do campo, como Boccagni e Baldassar (2015), é notável que as emoções fazem parte de todo o processo migratório, e não só de momentos ou interações específicas. De fato, a própria “(...) noção de ‘condição migrante’ refere-se às ambiguidades e tensões características em torno das conexões emocionais com o ‘aqui’ e o ‘lá’” (Boccagni; Baldassar, 2015, p. 74, tradução minha). A dimensão emocional, portanto, é um complemento inevitável da vida daquele que migra e, muitas vezes, os estados emocionais não são lineares, no sentido em que não estão associados apenas ao país de destino/origem (Boccagni; Baldassar, 2015).

As emoções, portanto, possuem um papel fundamental nos estudos desse campo, pois, conforme Boccagni e Baldassar (2015) o processo migratório causa transformações na vida emocional do migrante, haja vista sua raiz cultural e em constante transformação. Ademais, como a migração invariavelmente envolve o deslocamento de um lugar para outro, consequentemente, as emoções são afetadas, pois são constantemente renegociadas em novos contextos e experiências (Boccagni; Baldassar, 2015). Desse modo, a experiência emocional dos migrantes é significativa pois possui “[...] potencial de desencaixar, translocar e reencaixar emoções; e, por outro lado, em sua interação entre diferentes formas de cultivar e manejar emoções, influenciadas por contextos sociais distintos (ou seja, de origem e de destino)” (Boccagni; Baldassar, 2015, p. 75, tradução minha).

Ademais, autores como Glaveanu e Womersley (2021) apresentam que a importância das emoções no campo da mobilidade está no fato de que elas são responsáveis por moldar o horizonte de possibilidades do migrante. Assim, sua tese é de que as emoções estão interconectadas à ação e aos atos de reposicionamento que são articulados a partir da mobilidade (Glaveanu; Womersley, 2021). Por isso: “mudanças de posição — tanto físicas quanto sociais — podem ser impulsionadas por emoções e, inversamente, novas emoções surgem a partir do movimento de uma posição para outra” (Glaveanu; Womersley, 2021, p. 4). Dessa forma, a mobilidade sempre produz diferentes horizontes de possibilidade e de impossibilidade, que podem ser experimentados a partir de um conjunto de emoções (Glaveanu; Womersley, 2021).

Por isso, para Glaveanu e Womersley (2021), os estados emocionais possuem a capacidade de ampliar ou reduzir as possibilidades de ação do migrante. Emoções como a

esperança, curiosidade e moderada ansiedade diante do desconhecido podem expandir a percepção do possível, o que permite que o indivíduo experimente múltiplas perspectivas (Glaveanu; Womersley, 2021). Por outro lado, afetos como raiva, medo e desespero limitam o campo de visão e confinam o migrante a posições pré-estabelecidas, como a de vítima ou agressor, reduzindo suas possibilidades de ação (Glaveanu; Womersley, 2021). E “[...] todos esses estados emocionais são experimentados subjetivamente pelo indivíduo, mas estão intrinsecamente ligados ao ambiente sociocultural” (Glaveanu; Womersley, 2021, p. 6). Os contextos sociais específicos, portanto, são responsáveis por ampliar ou reduzir os espaços de possibilidade e impossibilidade da mobilidade (Glaveanu; Womersley, 2021).

As emoções também podem ser teoricamente acionadas enquanto formas de analisar a vida emocional de migrantes forçados, especialmente os refugiados, objeto de estudo deste trabalho. Mahmud (2021) apresenta que ainda existe um certo atraso no desenvolvimento de uma lente analítica específica para as emoções de migrantes forçados. Isso ocorre porque, majoritariamente, esses indivíduos são percebidos enquanto vulneráveis e em necessidade de auxílio externo (Mahmud, 2021). Tal fato é refletido inclusive nas lentes analíticas clássicas dos estudos migratórios. Em primeiro lugar, tem-se a abordagem terapêutica, que compreende esse grupo enquanto sujeitos traumatizados, com uma experiência emocional reduzida à dor, sofrimento e necessidade de tratamento psicológico (Mahmud, 2021). Por outro lado, abordagem extraordinária foca nos grandes eventos da trajetória migratória, negligenciando as emoções do cotidiano (Mahmud, 2021).

O autor entende que as lentes acima não são suficientes; aspectos como noções de pertencimento e identidade devem ser considerados ao analisar as emoções que permeiam o refugiado, por exemplo (Mahmud, 2021). Para ele, as emoções são moldadas pelas experiências enfrentadas ao longo da jornada migratória, assim como pelos contextos específicos de origem e destino desses deslocados (Mahmud, 2021). Assim, a proposta de Mahmud (2021) envolve a construção de uma teoria empírica que seja capaz de explicar como as emoções e contextos de pertencimento se entrelaçam na experiência dos deslocados forçados, que é marcada por afetos complexos como o medo, esperança, solidariedade e insegurança.

O processo migratório, assim, possui a capacidade de ativar mudanças emocionais significativas na vida do migrante. Mas, além disso, ele também pode evidenciar a forma através da qual a desigualdade social e as hierarquias econômicas estão diretamente associadas a sentimentos como sofrimento, ansiedade e angústia (Zani; Momesso, 2021). Assim, entendendo que as emoções são uma forma de política cultural, conforme conceituado

por Sarah Ahmed (2014), é também possível afirmar que elas produzem a substância da vida social. Nesse caso, tratando-se do ato de migrar, que, muitas vezes, é marcado por múltiplas formas de opressão, as emoções podem tanto formar subjetividades quanto levar ao isolamento social e paralisação da ação, no nível individual ou coletivo (Zani; Momesso, 2021).

Portanto, um aspecto crucial do uso das emoções nos estudos migratórios é o fato de que as emoções são constantemente politizadas; ou seja, são construídas através de contextos políticos e sociais específicos, e, por essa razão, também podem ser mobilizadas de forma intencional (Boccagni; Baldassar, 2015). Essa politização possui a capacidade de:

[...] refletir e ampliar a relevância emocional da imigração nos contextos de assentamento, tanto como um tema tipicamente divisivo nos debates públicos quanto, em diferentes graus, nas relações interétnicas do dia a dia. A migração e o estabelecimento de minorias étnicas nas sociedades de acolhida tendem a intensificar a difusão social de emoções como o orgulho nacional e o sentimento de pertencimento, assim como de reações desfavoráveis que vão da indiferença à hostilidade e à xenofobia (Boccagni; Baldassar, 2015, p. 77, tradução minha)

Na atualidade, discursos pautados na xenofobia e nacionalismo dominam os debates políticos, e contribuem para a formação de uma “política do medo”, que concebe a migração enquanto uma ameaça (Boccagni; Baldassar, 2015). Todos esses temas são amplamente emocionais e, conseqüentemente, políticos. As emoções têm sido utilizadas como uma forma de instrumentalizar e reproduzir a dicotomia clássica entre “nacionais” e “estrangeiros” (Boccagni; Baldassar, 2015). Esse tipo específico de mobilização contribui para a naturalização da diferença que, então, é apropriada por agendas de governos com o objetivo de estabelecer narrativas políticas que priorizem o “eu nacional” em detrimento do “outro”, sendo que este último é, muitas vezes, étnico (Boccagni; Baldassar, 2015).

Nesse sentido, a experiência migratória começa a evocar, majoritariamente, sentimentos negativos, como medo, ansiedade e ressentimento (Boccagni; Baldassar, 2015). O regime migratório, assim, passa a estar relacionado com “[...] como o poder do Estado torna-se tangível e visível por meio de práticas de dissuasão de migrantes indesejados” (Pace, 2024, p. 78, tradução minha). Isso pois as emoções anteriormente citadas são mobilizadas de forma estratégica pelos governos e, assim, se tornam práticas sociais institucionalizadas (Boccagni; Baldassar, 2015). A política do medo, assim, se constitui enquanto uma prática de governo que molda o funcionamento das instituições e as percepções sociais sobre a figura do migrante, que também são baseadas em emoções como o medo, ansiedade e o ressentimento - porém direcionadas à figura do “estrangeiro”, “outro”, ou “diferente”.

Carolina Moulin (2012), conceitua a existência de um regime global de controle da mobilidade, que é pautado por uma rigidez conceitual e jurídica oriunda da natureza transversal da experiência migratória. Ou seja, a migração é um conceito que envolve elementos de vivência pessoal e cotidiana, mas também componentes políticos, sociais e econômicos, e, por isso, sua categoria analítica é mais robusta. Para a autora, a principal forma de estruturação desse regime é a construção e hierarquização da diferença, que é feita por meio de um imaginário político que divide e separa a esfera doméstica da internacional (Moulin, 2012). Assim, “A proximidade/distância do nacional é um dos quesitos que norteiam essa estrutura regulativa global da mobilidade [...]” (Moulin, 2012, p. 3).

Baseando-se em Foucault, a autora apresenta que a estrutura regulativa global da mobilidade pode ser entendida enquanto uma estrutura de governamentalidade global (Moulin, 2012). Assim, ela pode ser conceituada enquanto:

A governamentalidade se refere assim a uma tecnologia política para o gerenciamento de populações por meio de um sistema global de formas indiretas de poder que guiam, moldam e incentivam determinados tipos não só de estados (estados párias, rogue, falidos), mas também de indivíduos. Esse sistema articula padrões de comportamento e normaliza um modelo especificamente moderno de pertencimento na figura do cidadão (aqui normaliza no sentido de estabelecer normas, mas também de estabelecer o que é normal) (Moulin, 2012, p. 3).

Existe, portanto, um governo da diferença, que é utilizado enquanto uma resposta ao problema do controle da mobilidade na atualidade (Moulin, 2012). Normas e tipos de comportamentos específicos são definidos enquanto uma forma de produzir diferença entre o “cidadão” e o “estrangeiro”. Além disso, a governamentalidade é responsável pela própria organização jurídica da mobilidade e, dessa forma, por definir quais sujeitos são considerados “normais”, dentro da ótica da documentação/indocumentação (Moulin, 2012). Por isso, a própria regularização burocrática também produz diferenciação entre os corpos móveis, e isso estabelece uma hierarquia que limita o acesso a recursos sociais, econômicos e políticos (Moulin, 2012).

Para Moulin (2012), ainda, existem alguns atributos específicos que separam os indivíduos entre seus tipos de mobilidade, e um deles é o poder afetivo e as emoções que constituem o deslocamento. Assim, no próximo tópico, irei analisar a emoção constitutiva do refúgio: o medo.

3.1. O MEDO COMO EMOÇÃO CONSTITUTIVA DO REFÚGIO

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, esse artigo tem como ponto de partida a contribuição de Carolina Moulin (2012) sobre a atuação do campo dos afetos nos regimes de proteção ao refugiado. A autora destaca dois principais elementos que constroem essa figura: o cruzamento de uma fronteira internacional, pois “[...] o refugiado é o habitante por excelência do internacional” (Moulin, 2012, p. 5), e o medo, enquanto emoção constitutiva do fundado temor de perseguição, que é a força motriz do refúgio. O refugiado, assim, é:

[...] produto de um sistema internacional que se origina, reage e se reproduz enquanto resposta ao medo de um ataque potencial. O refugiado é um sintoma de uma estrutura internacional organizada ao redor do medo patológico da morte iminente representada pela presença do outro e de uma condição anárquica. O internacional devendo ser aqui entendido como a representação contemporânea de um estado de natureza pré-político (Hobbes, 2004). O medo é também a emoção constitutiva da natureza forçada do deslocamento. O refugiado é, segundo essa definição, um autômato que é impulsionado por fatores exógenos e involuntários a uma rota de fuga e de acolhida que não é, e não pode ser, nunca, de sua escolha (Moulin, 2012, p. 7).

Portanto, para Moulin (2012), a construção dos corpos móveis internacionais, como migrantes e refugiados, pressupõe a utilização de atributos reguladores específicos para produção de diferenças a partir da separação dos sujeitos em categorias próprias de mobilidade. Com isso, esses corpos podem ser reconhecidos e controlados por estruturas disciplinares do sistema internacional e, acima de tudo, podem ser diferenciados, como apresentado na última seção (Moulin, 2012). O medo, dessa forma, é uma emoção que possui a capacidade de propriamente definir a condição do refúgio e, ao mesmo tempo, justificar a concessão de proteção, através da racionalização dessa emoção em forma de uma narrativa autêntica que exemplifique o “temor fundado de perseguição” (Moulin, 2012).

Mas, afinal, o que é o medo? Essa emoção é comumente conceituada enquanto uma reação biológica que, ao mesmo tempo, também é baseada em intersubjetividades, que são moldadas a partir de percepções e contextos sociais pré-existentes (Crawford, 2014). Ademais, o medo possuiu a capacidade de tornar-se independente do seu gatilho inicial, no sentido em que essa emoção continua presente mesmo que haja evidência que a ameaça inicial não mais existe (Crawford, 2014). Em resumo,

O medo altera aquilo que buscamos, o que percebemos e a forma como pensamos. [...] Os efeitos do medo também são influenciados pelos hábitos e pelo treinamento dos indivíduos, assim como pelo contexto social e pelos sinais sociais. Os indivíduos distinguem entre o medo justificado e o medo

injustificado por meio de um processo de raciocínio. Já os grupos fazem tais distinções por meio de um processo de argumentação, no qual tanto evidências quanto emoções são mobilizadas, e essas últimas podem ser apresentadas como evidência (Crawford, 2014, p. 540, tradução minha).

Isso significa que essa emoção não é apenas algo que pode ser atribuído a outros corpos, mas sim uma percepção que possui a capacidade de ser institucionalizada nos processos e estruturas políticas (Crawford, 2000). E esses processos e estruturas são influenciados e influenciam nossas relações emocionais enquanto sociedade (Crawford, 2014). Para Crawford (2014), além disso, os efeitos causados pelo medo possuem a capacidade de, geralmente, se auto-reforçar. O medo inicial pode ser institucionalizado na forma de atitudes emocionais específicas em relação ao outro que é visto como “ameaçador” (Crawford, 2014). No entanto, ele também pode ser institucionalizado por meio de estruturas físicas, como a construção de muros e cercas, ou na utilização de tecnologias, como os aparelhos de raio-X dos aeroportos (Crawford, 2014). Essas práticas que, teoricamente, são utilizadas para reduzir o sentimento de ameaça, podem contribuir, de fato, para a intensificação das condições que produziram o medo inicial (Crawford, 2014).

Extrapolando a definição anterior, Sarah Ahmed (2014) apresenta que o medo é uma afirmação ontológica, responsável por atribuir a um determinado outro como sendo o “causador”, em um sentido pessoal, desse afeto. Para essa autora, “[...] o medo atua através e sobre os corpos daqueles que são transformados tanto em seus sujeitos quanto em seus objetos” (Ahmed, 2014, p. 62, tradução minha). Portanto, essa emoção possuiu uma dimensão de corporeidade, e atua na própria relação entre os corpos, tendo a capacidade de aproximá-los ou afastá-los (Ahmed, 2014). O medo, assim, não deve ser entendido apenas como um fato que emerge de dentro do indivíduo e se projeta para fora; ele envolve, majoritariamente, relações de proximidade, baseadas na capacidade do medo de estabelecer distância e aproximação entre corpos (Ahmed, 2014).

Ademais, Ahmed (2014) apresenta que o temor tem origem no fato de que esse afeto, que não ocupa um espaço fixo, é capaz de se movimentar entre os corpos. Assim, mesmo que o objeto que deu início ao sentimento de medo não esteja mais presente, o medo permanece, pois ele está associado a uma possibilidade (Ahmed, 2014). Essa dimensão futura faz com que o objeto temido, mesmo que não chegue de fato, mantenha o medo ativo (Ahmed, 2014). Dessa forma, é o movimento que intensifica o medo e possibilita a formação do objeto do medo no presente (Ahmed, 2014). Ou seja, o medo circula entre corpos e grupos e, a partir

dessa circulação, também pode ser transferido. A partir disso, certos grupos ou objetos podem ser investidos por um valor emocional negativo (Ahmed, 2014).

Para a autora, portanto, o medo não surge de forma natural a partir da reação a um objeto “perigoso”; na realidade, ele é construído socialmente através da circulação de diferentes representações e, a partir delas, a alguns objetos é atribuída a qualidade de “temível” (Ahmed, 2014). A criação da ideia de algo “temível”, dessa forma, se dá por meio da maneira pela qual o medo é construído:

[...] o medo opera ao estabelecer os outros como temíveis, na medida em que ameaçam absorver o eu. Essas fantasias constroem o outro como um perigo não apenas para o eu enquanto identidade, mas para a própria vida — para a existência do eu como um ser separado, com uma vida própria. Tais fantasias sobre o outro, portanto, funcionam para justificar a violência contra ele [...] O medo pode estar relacionado não apenas com a preservação de “mim”, mas também de “nós”, do “que é”, da “vida como a conhecemos” ou até da “vida em si” (Ahmed, 2014. p. 64, tradução minha).

O medo, desse modo, não apenas redefine a fronteira entre o “eu” e o “outro” mas, de fato, reorganiza a relação entre os próprios objetos temidos que, marcados por histórias que se acumulam e podem ser aderidas e transferidas, passam a ser percebidos enquanto mais ameaçadores do que outros (Ahmed, 2014). O medo cria o próprio efeito de “aquilo que eu não sou”, ao mesmo tempo em que impulsiona a fuga diante de um objeto que continua a ameaçar esse “eu” ao passar ou ser deslocado (Ahmed, 2014). Diante disso, Ahmed (2014) conceitua que o medo funciona como uma espécie de economia, pois circula, se movimenta e produz efeitos sociais. E, dentro desta economia, alguns corpos específicos são controlados, especialmente aqueles que são vistos como uma ameaça, como refugiados (Ahmed, 2014).

Por isso, para a autora, uma das funções das emoções é, exatamente, “[...] alinhar o espaço corporal com o espaço social.” (Ahmed, 2014, p. 69, tradução minha). O medo, nesse sentido, atua como uma forma de restringir alguns corpos por meio da expansão ou movimento de outros, já que ele é, sobretudo, uma construção social (Ahmed, 2014). Aqui, é possível retomar a ideia de Moulin (2012) de que as emoções, entre outros fatores, são um meio utilizado para produzir diferença entre aqueles que migram. O refugiado, dessa forma, sendo permeado pelo medo, passa a ocupar uma posição específica nessa economia emocional, pois esse afeto, além de ser constituinte da mobilidade, justifica o controle e contenção desses corpos, representados como potenciais ameaças à ordem social.

Esse alinhamento de alguns corpos contra outros é feito através da linguagem própria do medo, que “[...] envolve intensificação das “ameaças”, o que funciona para criar uma distinção entre aqueles que estão “sob ameaça” e aqueles que ameaçam. O medo é um efeito

desse processo, e não sua origem.” (Ahmed, 2014, p. 72, tradução minha). Ou seja, existe um processo de construção discursiva que reforça certas narrativas que tornam situações ou grupos em “ameaças” (Ahmed, 2014). Assim, uma divisão simbólica é formada entre os “ameaçados” e os corpos identificados como “ameaçadores” (Ahmed, 2014). O medo, nesse cenário, não é propriamente a causa do surgimento dessa situação ameaçadora, mas sim um resultado da forma que esta é narrada e representada (Ahmed, 2014).

O medo, portanto, pode ser utilizado enquanto uma narrativa que tem como objetivo a preservação do “nós” em um contexto de crescentes “ameaças” (Ahmed, 2014). Para a autora, isso é notadamente visível em narrativas de crise de segurança, utilizadas na política como uma justificativa para um retorno a valores e tradições que são percebidos enquanto estando sob ameaça (Ahmed, 2014). Ou seja, “[...] anunciar uma crise é produzir a justificativa moral e política para a manutenção do “que é” (aquilo que é tomado como certo ou garantido), em nome da sobrevivência futura” (Ahmed, 2014, p. 78, tradução minha). A ideia da ameaça, nesse contexto, se torna uma justificativa para a defesa da comunidade contra a emergência de “outros”, conceito este utilizado enquanto forma de designar grupos marginalizados, como os refugiados (Ahmed, 2014).

Esse movimento, aplicado à figura do refugiado, faz com que esse passe a ser identificado enquanto intruso na nação. Mais uma vez, em uma associação clara com as ideias de Moulin (2012), é notável que o refugiado, internacionalmente construído enquanto um indivíduo afetado pelo medo de perseguição, torna-se, no contexto de narrativas de crise, a fonte dessa emoção. Assim, de alguém que foge do terror e da perseguição, se torna o próprio agente dessas emoções, o que abre espaço para o desenvolvimento de normativas que restringem a mobilidade desse grupo (Ahmed, 2014). Dessa forma, as emoções exercem um papel central na forma como migrantes e refugiados são percebidos pela opinião pública (Gonçalves; Simoni; Costa, 2024). Nesse processo, os fatos concretos são menos importantes do que as crenças emocionais e pessoais, que levam a construção discursiva da ideia de “ameaça” (Gonçalves; Simoni; Costa, 2024).

Nessa conjuntura, é possível retomar a conceituação de Crawford de que as emoções “[...] são mais propensas de serem articuladas e percebidas em momentos de crise.” (Crawford, 2000, p. 130, tradução minha). A explicação desse fenômeno está no fato de que conjunturas de crise, marcadas por eventos traumáticos, fazem com que a natureza emocional das relações sociais seja revelada de forma mais intensa e visível (Bleiker; Hutchinson, 2008). Portanto, no contexto atual de ascensão de discursos nacionalistas e de extrema-direita, percebe-se a construção de uma narrativa de crise pautada na configuração do refugiado

enquanto um elemento ameaçador. Dessa forma, os governos exploram estrategicamente a dimensão emocional como uma ferramenta política, e instrumentalizam sentimentos como medo, ansiedade e trauma para moldar percepções sociais e justificar políticas de controle e exclusão direcionadas a esse grupo (Pace, 2024).

A mobilização das emoções, desse modo, faz com que o poder estatal se torne tangível e, assim, ganhe um controle mais duro sobre a migração, principalmente daqueles indivíduos vistos como indesejáveis (Pace, 2024). Nesse sentido, o governo do refúgio, conceito de Navia, que representa o universo institucional do refúgio (Fonseca, 2024), passa a estar baseado no medo enquanto elemento estruturante, o que legitima a adoção de políticas restritivas e práticas de vigilância. Assim, o afeto do medo torna-se cotidiano na vida dos refugiados e esse elemento, que é historicamente construído, adquire aspectos de governo, participando da própria construção social desses indivíduos (Fonseca, 2024).

O medo direcionado ao refugiado, dessa forma, é transformado em uma disposição afetiva e, portanto, institucionalizado enquanto uma tendência de ação (Crawford, 2014). Isso significa que essa emoção passa a orientar práticas sociais, políticas e institucionais. Nesse contexto, as narrativas de crise são uma forma de acentuar e disputar esse afeto, reforçando a percepção desses indivíduos enquanto “ameaças” ao “eu” nacional. A partir desse movimento, o medo é incorporado ao próprio governo do refúgio, e as respostas emocionais da sociedade acolhedora são exacerbadas, além de politizadas para atender a interesses próprios (Glaveanu; Womersley, 2021). Essa é, como citado na seção anterior, a instrumentalização da “política do medo”.

Diante do exposto, é notável que o medo opera como um elemento estruturante na construção social do refúgio, articulando-se em diferentes níveis: desde o individual ao coletivo e governamental. Desde a concepção de Moulin (2012), que posiciona o refugiado como um sujeito marcado pelo “fundado temor de perseguição”, até a análise de Ahmed (2014) sobre a circulação social do medo, fica claro que essa emoção não apenas define a condição do refúgio, mas também legitima práticas de controle e exclusão. Crawford (2014) amplia essa discussão ao demonstrar como o medo pode ser institucionalizado, transformando-se em uma tendência de ação que molda políticas e estruturas sociais.

As dinâmicas exploradas nessa seção revelam que a política do medo não se limita à esfera emocional, mas se converte em instrumento de governo e de gestão das mobilidades globais. Tendo isso em vista, o próximo tópico se dedicará a examinar como essas narrativas de medo e ameaça são construídas socialmente, com especial atenção à forma como têm sido

exploradas por governos de extrema-direita, que instrumentalizam crises reais ou fabricadas para consolidar projetos políticos excludentes e autoritários.

3. A COOPTAÇÃO DO MEDO ENQUANTO UMA FERRAMENTA POLÍTICA DA EXTREMA DIREITA

O argumento central deste artigo está baseado no fato de que, nas últimas décadas, a extrema-direita, enquanto um movimento político, tem mobilizado, de modo intencional e intensificado, o afeto do medo como uma ferramenta de contenção e até mesmo interrupção de fluxos migratórios. A migração e, mais especificamente, o refúgio, passam a ser entendidos como uma ameaça e, conseqüentemente, algo que precisa ser combatido. Isso, conforme conceitualizado por Boccagni e Baldassar (2015) é a instrumentalização da “política do medo”. Nesse contexto, conforme Pace (2024) apresenta, é notável que a esfera emocional passa a ser explorada de forma estratégica e a mobilização do medo faz com que as percepções sociais sejam moldadas de forma específica (vendo o refugiado como um “intruso” ou “invasor da nação”). Além disso, políticas de controle e exclusão voltadas a esse grupo são mais facilmente justificáveis e, também, normalizadas (Pace, 2024).

Mas, afinal, como conceituar a extrema-direita? E o que explica essa mobilização específica do medo enquanto uma ferramenta política? Para Wendy Brown (2018) a ascensão da extrema-direita deve ser entendida enquanto um dos desdobramentos políticos do neoliberalismo. Esse último, mais do que um conjunto de políticas econômicas específicas, desenvolveu-se e tornou-se um tipo de racionalidade que produz tipos específicos de sujeitos, condutas e ordens (Brown, 2018). Assim, a racionalidade neoliberal é:

[...] produtiva e criadora de mundos: ela economiza todas as esferas e os empreendimentos humanos e substitui um modelo de sociedade baseado no contrato social promotor de justiça por uma sociedade concebida e organizada enquanto mercados e com Estados orientados pelas exigências do mercado (Brown, 2018, p. 62, tradução minha).

Brown (2018), desse modo, argumenta que as formações políticas e sociais contemporâneas da extrema-direita são atravessadas por ressentimentos e raiva, que tem origem no rebaixamento econômico resultante das próprias políticas neoliberais. Assim, há uma precarização material de amplos setores da população, além da corrosão do social e do político, que é um elemento central do modo de operação da racionalidade neoliberal (Brown, 2018). Com a expansão dessa racionalidade para todas as esferas da vida, sejam elas públicas ou privadas, a “liberdade” passa a estar marcada pelo niilismo ético, desinibição e

destrutividade (Brown, 2018). Por isso, a autora apresenta que explosões atuais de misoginia, racismo e vigilância contra a migração são expressões politicamente mobilizadas de um poder ressentido, sob o véu de serem discursos conservadores.

Nesse contexto, Brown (2018) entende que a privatização de bens públicos e a responsabilização dos sujeitos é apenas uma das facetas da expansão neoliberal da liberdade para todos os domínios sociais. Mais relevante que isso é a tentativa da racionalidade neoliberal de ampliar a “esfera pessoal e protegida”, em um “[...] projeto de liberdade que envolve designar cada vez mais atividades como privadas e, portanto, adequadamente não reguladas e devidamente protegidas das normas democráticas” (Brown, 2018, p. 65, tradução minha). A amplificação dessa esfera faz com que valores familiares, antes, por excelência, pertencentes ao setor privado, tornem-se a pauta por detrás de ordenamentos e reivindicações do espaço público (Brown, 2018). Ou seja, o social e o público, além de economizados, são familiarizados pelo neoliberalismo, e os princípios constituintes da democracia moderna são substituídos por valores tradicionais vinculados à esfera privada (Brown, 2018).

Assim, com o fortalecimento da “esfera social e protegida” ao ponto de que essa passa a envolver a própria nação, sua proteção demanda um aumento expressivo nas formas do estatismo (Brown, 2018). Portanto, as práticas de economização e familiarização da racionalidade neoliberal, fazem com que a nação:

[...] deixe de ser concebida prioritariamente como uma democracia e passe a ser figurada, por um lado, como uma empresa competitiva que precisa fechar bons negócios e atrair investidores e, por outro, como um lar inadequadamente protegido, sitiado por estranhos mal-intencionados ou que não pertencem a ele. O nacionalismo contemporâneo da direita oscila entre essas duas figuras (Brown, 2018, p. 67, tradução minha).

Para este trabalho, é particularmente importante destacar a tese de Brown (2018) de que a liberdade neoliberal, baseada na proteção da esfera privada, produz a compreensão de que a nação encontra-se permanentemente sob risco de ataque por inimigos internos e ameaças externas. Dessa forma, práticas de vigilância e securitização tornam-se medidas necessárias e legítimas para a preservação dessa liberdade pessoal, o que transforma a contenção e o controle em respostas políticas normalizadas (Brown, 2018). Há, portanto, uma demarcação clara entre o privado e o público, o protegido e o aberto, e o familiar em relação ao estranho, e tais dicotomias transformam-se nos próprios significantes da liberdade (Brown, 2018). É por isso que, para a autora, a figura do migrante, num contexto de crescentes discursos securizantes, é utilizada de forma estratégica enquanto uma ameaça totalizante, por

ser capaz de condensar inseguranças econômicas, morais e securitárias, o que legitima respostas excludentes e autoritárias à mobilidade.

Ou seja, é notável que a racionalidade neoliberal mobiliza estrategicamente o medo direcionado ao migrante enquanto uma forma de contenção social. Aqui, assim como defendido por Ahmed (2014), a construção do medo se dá através de um processo discursivo por meio do qual algumas narrativas são legitimadas por transformar certos grupos em “ameaças”. Nesse cenário, imagens como a do refugiado passam a condensar ansiedades econômicas, culturais e securitárias, não porque o migrante em si seja a origem dessas ameaças, mas porque o esvaziamento do social e do político, aliado à produção sistemática da precariedade, desloca frustrações e inseguranças estruturais para corpos racializados e móveis (Brown, 2018). Assim, o neoliberalismo produz um ambiente de ressentimento e insegurança, no qual a identificação de “inimigos”, internos ou externos, torna-se politicamente justificável. Por isso, a instrumentalização da política do medo encontra do neoliberalismo e, consequentemente, na extrema-direita, uma condição de possibilidade.

Desse modo, é possível traçar um paralelo claro entre a categoria teórica dos afetos e a ascensão da extrema direita. Sandrin (2021) apresenta que uma das formas de explicar esse movimento político é através dos fatores econômicos. Portanto, assim como Brown, a autora entende que a ideologia neoliberal e suas políticas de austeridade, privatização e desregulamentação criaram uma precariedade global (Sandrin, 2021). Em razão disso, os indivíduos experimentam um medo constante de perder as condições necessárias para a reprodução da vida material. E, para a autora, “Esse medo é então mobilizado e capturado por partidos populistas de direita, que prometem apaziguá-lo ao transformá-lo em ódio e direcioná-lo contra diversos alvos.” (Sandrin, 2021, p. 230, tradução minha). Um dos principais alvos desse ódio, assim, são os imigrantes e refugiados.

Contudo, Sandrin defende que os impactos econômicos causados pela globalização neoliberal não conseguem, plenamente, explicar a expansão da extrema-direita. Na verdade, as raízes desse movimento político podem ser encontradas em uma investigação simbólica e afetiva. Isso pois não é apenas a perda ou ganho econômico que compõe o suporte à extrema-direita, mas, majoritariamente, o sentimento de perda de soberania, insegurança cultural e crise da identidade nacional, sendo que esses geralmente operam sob uma bandeira anti-migratória (Sandrin, 2021). O estabelecimento do “outro” como uma ameaça/perigo só é possível pelo manejo de políticas discursivas e sociais que articulam tudo aquilo que é externo como sendo uma ameaça à segurança, bem-estar e identidade nacional (Sandrin, 2021).

E essa articulação só é possível pois a nação, em si, é uma comunidade política imaginada e um produto de contextos históricos específicos que, portanto, pode ser construída e, também, desconstruída (Sandrin, 2021). O aumento da presença de “outros” nesse campo, desse modo, tem a capacidade de desestabilizar esse projeto político e discursivo que, a priori, sempre esteve aberto à contestação. E os resultados da desestabilização da ideia de nação são:

[...] respostas emocionais tão intensas, que são mobilizadas com êxito por partidos populistas de direita, uma vez que a nação desempenhou um papel central na estruturação das subjetividades e das realidades sociopolíticas. A nação confere sentido à nossa existência, conectando nossas vidas a um destino nacional que nos precede e que nos sobreviverá (Hall, 2014), funcionando, ainda, como um objeto de investimento afetivo (Sandrin, 2021, p. 232, tradução minha)

Em cenários em que o projeto nacional entra em crise, a extrema-direita aparece como portadora de uma alternativa: captura o imaginário político e mobiliza os afetos da população de forma que pólos opostos de identidade coletiva surgem (Sandrin, 2021). É aqui que aparece a oposição entre “nós” e “eles”, entre o que é “nacional” e o “estrangeiro”, sendo que, neste último, passam a estar concentrados a origem de todos os “perigos” que podem surgir a partir da ruptura da identidade nacional (Sandrin, 2021). E, para a autora, o motivo desta alternativa ser tão poderosa se deve ao fato de que a nação, além de uma construção política, histórica e social, é, primordialmente, um investimento afetivo. Por isso, o apelo da ideia de nação está no fato de que ela gera promessas de pertencimento e estabilidade, além de um sentimento de totalidade e completude (Sandrin, 2021).

A crise faz com que novas identidades possam ser articuladas nesse processo. No entanto, o que é observado com mais frequência é o fortalecimento de uma identidade que se entende enquanto estando ameaçada e, consequentemente, o surgimento de um ressentimento direcionado aqueles que são identificados como a causa dessa instabilidade (Sandrin, 2021). Sandrin (2021), assim, apresenta que eventos como a crise de refugiados na Europa podem ser lidos enquanto uma desestabilização que fez com que as identidades políticas anteriores fossem enrijecidas a partir da narrativa de retomar um estado prévio que foi perdido. Dessa forma, a extrema-direita consegue colocar a nação enquanto um alvo de ameaças a partir da mobilização do medo que surge da instabilidade e incerteza das subjetividades sociopolíticas (Sandrin, 2021). Novamente, o medo direcionado a figura do migrante e refugiado se torna um instrumento político, e a promessa de restauração da ordem nacional adquire um apelo social e eleitoral.

E essa mobilização discursiva do medo direcionado à figura do refugiado e/ou migrante é bem sucedida pois os grupos de extrema-direita:

[...] (1) colocam a nação, de forma privilegiada, na posição de estar sob ameaça, incitando e evocando, em contextos de crise, medos relacionados à instabilidade e à incerteza das subjetividades e das realidades sociopolíticas; e (2) acionam, e prometem satisfazer, desejos profundamente enraizados por estabilidade e totalidade, que historicamente foram articulados em torno da nação enquanto um ponto nodal (Sandrin, 2021, p. 236, tradução minha).

Portanto, é evidente que, além da mobilização afetiva, outro aspecto importante para que esse projeto político anti-migratório funcione é a própria narrativa de crise. Segundo Bertino e Hadassa (2021), o termo “crise migratória” vem sendo utilizado de forma sistemática na última década, por discursos políticos e midiáticos, com o objetivo de construir os processos migratórios como problemas para os países receptores desses fluxos. Nesse cenário, os migrantes são associados a riscos sociais, culturais e econômicos considerados indesejáveis pela sociedade receptora (Bertino e Hadassa, 2021). Para as autoras, isso sustenta a percepção de que eles seriam incapazes de se integrar às sociedades de acolhida ou que, em grande número, podem desestabilizar a composição demográfica e comprometer de forma irreversível a identidade nacional.

Assim, “[...] ao vincular crise aos migrantes, há uma concepção intrínseca a esta terminologia direcionada a associar imigrantes a um perigo, tratando-os como inimigos em potencial” (Bertino; Hadassa, 2021, p. 2). Atribuir os fluxos migratórios a uma conjuntura de “crise”, dessa forma, significa atribuir aos migrantes e refugiados a culpabilidade pelos desequilíbrios sociais, políticos e institucionais enfrentados pelos Estados de acolhida (Bertino; Hadassa, 2021). Os sujeitos, nessa conceitualização, são transformados nos portadores da crise.

Contudo, Bertino e Hadassa (2021) defendem que essa leitura desloca o foco das condições estruturais que produzem os movimentos migratórios e as dificuldades de acolhimento. Pois, majoritariamente, o que encontra-se por trás da “crise migratória” é o próprio aprofundamento do capitalismo transnacional que, encarado enquanto uma faceta do neoliberalismo, depende da crise para a manutenção de seu modo de existência (Bertino; Hadassa, 2021). Dessa forma, a designação política da migração enquanto uma “crise” articula-se a racionalidade neoliberal de Brown (2018) na medida em que demonstra a externalização de inseguranças produzidas pelo neoliberalismo para sujeitos racializados e móveis, o que transforma o migrante/refugiado em uma ameaça e legitima respostas securitárias e excludentes.

Mas, além de produzida, alguns autores defendem que a crise migratória também é operacionalizada enquanto uma técnica de governo. Aguiar argumenta que a narrativa de crise “[...] se sustenta por meio de uma articulação específica da relação entre a dimensão do ‘problema do deslocamento’ e uma determinada forma de concepção espaço-temporal das dinâmicas de pertencimento” (Aguiar, 2019, p. 29). A consequência dessa mobilização é a articulação de uma política da governamentalidade migratória em que o direito humano ao deslocamento torna-se uma chave para o aprofundamento das desigualdades inerentes ao capitalismo global (Aguiar, 2019). Assim, nas políticas migratórias estatais, observa-se cada vez mais a tentativa de contenção e exclusão, de forma até mesmo violenta, dos sujeitos designados como indesejáveis (Aguiar, 2019). Outros desdobramentos dessa articulação são a diminuição dos espaços de proteção, o cerceamento das rotas e a própria conversão da mobilidade em um objeto de intervenção estatal (Aguiar, 2019).

Aguiar apresenta que uma das formas através da qual a crise é fabricada é a política dos números. Essa última se baseia na instauração de uma percepção de que há um volume massivo de pessoas que se deslocam de seus países de origem em busca de outro de residência ou nacionalidade (Aguiar, 2019). Contudo, ao analisar o fluxo mundial de migrantes e refugiados em relação ao crescimento da população mundial, nota-se que, de fato, a proporção manteve-se majoritariamente estável entre os anos 2000 e 2015. Além disso, a distribuição geográfica dos deslocados também é desigual, com a maioria deles tendo como destino países do Sul Global (Aguiar, 2021). Ou seja, a narrativa da existência de uma “crise” de refugiados não representa de fato a realidade da mobilidade mundial.

Efetivamente, a caracterização de migrantes e refugiados como uma “massa” que invade o território nacional tem o objetivo de sustentar uma política de contenção, que opera fundamentalmente sob uma lógica securitária, na medida em que:

[...] converte a problemática do deslocamento de uma questão de ‘direitos’ para um problema a ser gerenciado/contido; de uma experiência de liberdade para uma dinâmica de transgressão e, via de regra, criminalização. A resposta à emergência de massas, em particular das massas de deslocados, têm sido particularmente violenta na contemporaneidade. E o discurso da ‘massa’ depende da construção e da adesão hegemônica a essa política dos números (Aguiar, 2021, p. 28).

É evidente, portanto, que a instrumentalização do medo na forma de uma narrativa de crise de refugiados leva, em última instância, a discursos securizantes sobre o tema e restrição da mobilidade. Isso, nitidamente, faz parte de um objetivo político. Conforme Brown (2018), a medida em que a razão neoliberal e a “esfera pessoal e protegida” são expandidas,

designando cada vez mais atividades como pertencentes ao domínio privado, o social e o público tornam-se economizados e familiarizados, e os princípios da sociedade democrática são substituídos pelos valores morais. E, com esse fortalecimento e expansão, de modo que a própria nação é envolvida por essa esfera, “[...] garantir sua segurança e proteção passa a exigir formas cada vez mais robustas de estatismo, materializadas na lei, no policiamento e nos aparatos de defesa.” (Brown, 2018, p. 66, tradução minha).

E, uma das formas de analisar esse processo de securitização é através da lente da segurança ontológica. Essa é uma ferramenta analítica utilizada em debates de segurança nas Relações Internacionais, e é entendida enquanto “[...] a capacidade de um sujeito de manter uma visão estável de seu ambiente e, assim, “dar continuidade” à vida cotidiana” (Browning; Joenniemi, 2017, p. 2, tradução minha). Ou seja, se refere à necessidade básica dos indivíduos por previsibilidade e estabilidade na ordem social, que é sustentada pela confiança na continuidade das relações sociais e nas rotinas do cotidiano (Ejdus; Recevic, 2021). A manutenção da segurança ontológica se dá através da rotinização das narrativas de identidade, que permite que os sujeitos mantenham como estáveis e não problemáticas determinadas referências fundamentais da vida social (Ejdus; Recevic, 2021).

Contudo, essas rotinas podem ser rompidas em cenários críticos, e o resultado disso é a desestabilização da segurança ontológica, o que produz afetos de incerteza e vulnerabilidade (Ejdus; Recevic, 2021). Portanto, esse aparato teórico permite um entendimento mais profundo sobre como diferentes percepções e experiências de ameaças à segurança pública variam de acordo com identidade, etnia, religião, classe e gênero (Kaunert; De Deus Pereira; Edwards, 2022). Assim, é possível determinar que o surgimento de um cenário de insegurança ontológica está vinculado à desestabilização dos referenciais sociais até então considerados estáveis e previamente naturalizados (Kaunert; De Deus Pereira; Edwards, 2022). Nesse sentido, autores como Agius (2017) e Giddens (1991) defendem que essas rupturas podem ser causadas por uma desarticulação de modos de vida e de formas tradicionais de organização social, enquanto um resultado de processos como a globalização e das formas de deslocamento modernas (Kaunert; De Deus Pereira; Edwards, 2022).

Outro aspecto relevante da segurança ontológica é o fato de que ela permite o foco no contexto emocional por detrás da formação da identidade/subjetividade. A premissa, assim, é de que os sujeitos se auto compreendem em meio a uma ansiedade existencial profunda, associada a percepção das incertezas, da arbitrariedade da vida social e da própria finitude humana (Mitzen, 2018). Uma das formas de administrar essa ansiedade é através das narrativas (auto)biográficas, que, segundo Mitzen (2018), são as histórias de pertencimento a

algo maior e duradouro, como a própria nação, ou outros grupos culturais e políticos. No nível social, dessa forma, a segurança ontológica é sustentada por estruturas culturais, normativas e institucionais que organizam as interações sociais e orientam afetos e comportamentos, valorizando determinadas práticas e sancionando outras (Mitzen, 2018).

Mas, além dessa construção ascendente, também é necessário considerar como processos psíquicos individuais podem ser incorporados em campos culturais e práticas sociais e, assim, passam a organizar a subjetividade e a intersubjetividade (Mitzen, 2018). Em ambos os casos, é notável que a busca por segurança ontológica é uma estratégia com efeitos políticos. Isso pois ambas as construções:

[...] moldam a identidade coletiva e condicionam as subjetividades que podem se tornar bem-sucedidas. Ao termos uma compreensão mais precisa de como a ansiedade é mantida fora do campo da consciência, colocamo-nos em posição de formular questões políticas sobre quem cria e controla essas narrativas, e de que modo elas podem ser transformadas (Mitzen, 2018, p. 398, tradução minha).

Desse modo, Mitzen faz uso do conceito de subjetividade securitizada, de Kinnvall (2004), para exemplificar a ideia de que, quando a insegurança ontológica torna-se presente, há uma tendência de que os indivíduos convertam a ansiedade existencial em medo direcionado a outros sujeitos ou grupos, que se tornam objetos identificáveis de ameaça. O objetivo disto é uma tentativa de retomar ao estado prévio de certeza e estabilidade (Mitzen, 2018). Nesse cenário, o processo de securitização se dá através da adoção da oposição entre “nós” e “eles”, ou até mesmo por uma releitura do passado, geralmente singular e linear, envolvendo a nação, a história, a cultura ou o povo (Mitzen, 2018). Kinnvall também determina que essa dinâmica é baseada em uma identificação projetiva, que faz com que sentimentos do próprio “eu” percebidos como inaceitáveis sejam projetados no “outro” que, então, torna-se um alvo de rejeição e hostilidade (Mitzen, 2018).

Nesse cenário, é notável que a extrema-direita implementa uma estratégia política de mobilização afetiva do medo enquanto uma tentativa de restaurar a segurança ontológica, em uma narrativa controlada que converte a ansiedade existencial em medo direcionado à figura do migrante e refugiado. Ao retratar esses sujeitos enquanto ameaças existenciais à nação, através de discursos de perigo, caos e desordem, há um deslocamento do refugiado de seu campo de origem, que é o dos direitos e da proteção humanitária, para um campo de controle e segurança, em um processo de securitização. Isso é também uma tentativa de desumanização, na medida em que, como demonstra Thorleifsson (2017), os migrantes

passam a ser concebidos como “estranhos descartáveis”, associados à poluição moral, ao crime e ao terrorismo, e não como sujeitos de direitos.

Assim, os discursos securitários conseguem transformar as inseguranças estruturais produzidas pela racionalidade neoliberal, como a precarização material, a perda de soberania e a desestabilização de identidades coletivas, em um sentimento de medo direcionado a um grupo específico. E, por meio desse processo, o refugiado torna-se um signifiante privilegiado com a capacidade de condensar inseguranças econômicas e culturais. Além disso, conforme Mitzen (2018), essa securitização também está baseada em narrativas identitárias opostas: “nós” e “eles”, “nacional” e “estrangeiro”. Portanto, a securitização da mobilidade não é apenas uma manobra política, mas também uma tentativa de recomposição da previsibilidade e coerência simbólica que encontram-se ameaçadas em um contexto de crise que, nesse caso, também é fabricada. Assim, em nome da proteção da nação e da preservação da ordem social, a extrema-direita consolida projetos políticos autoritários, baseados na desumanização e práticas de exclusão, controle e violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse artigo foi baseada na tentativa de responder a seguinte pergunta de pesquisa: como a circulação dos afetos nos discursos (ou práticas discursivas) sobre o refugiado tem sido transformada e deslocada a partir da emergência de governos de extrema-direita? Mais especificamente, essa pesquisa procurou identificar de que maneira o medo, afeto historicamente ligado ao refugiado, já que sua existência enquanto sujeito do direito internacional deve-se ao “fundado temor de perseguição”, é mobilizado enquanto uma ferramenta política pela extrema-direita e altera a percepção social desse sujeito, que passa a ser visto como um invasor e/ou ameaça. Assim, o objetivo central foi demonstrar de que maneira essa transformação afetiva ocorre na atualidade, e quais são suas consequências.

Para alcançar tais resultados, a metodologia adotada foi de natureza interpretativa, e utilizei o método hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que a ascensão da extrema-direita resulta em um deslocamento afetivo sob a figura do refugiado. A análise foi qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica com um intuito de construir um referencial teórico sólido sobre a conexão entre afetos, mobilidade e extrema-direita. O método utilizado demonstrou-se útil, na medida em que permitiu alcançar o objetivo de identificar padrões e condições de possibilidade que permitem o deslocamento afetivo do medo direcionado ao refugiado.

De forma geral, foi possível perceber as formas através das quais o medo opera enquanto um elemento central para a reconfiguração do refúgio enquanto um problema político. A partir das contribuições de Crawford e Ahmed, fica claro que o medo, para além de algo interno aos indivíduos, é construído socialmente através de processos discursivos e, por isso, pode ser institucionalizado em processos e estruturas políticas. Portanto, a extrema-direita, ao contribuir para uma construção discursiva do refugiado enquanto uma ameaça à segurança, identidade e bem-estar nacional, estabelece uma “política do medo”.

Essa última encontra sustentação na própria racionalidade neoliberal, conceituada por Brown, que gera precarização material e ressentimento social. Assim, ao explorar a busca pela segurança ontológica e o desejo por estabilidade, governos de extrema-direita cooptam o medo para criar uma distinção rígida entre "nós" (o eu nacional) e "eles" (o estrangeiro/ameaçador), como forma de justificar políticas excludentes e a securitização da mobilidade. Assim, a crise migratória é frequentemente fabricada ou operacionalizada como uma técnica de governo para legitimar o controle estatal e a desumanização desse grupo.

Como limitações do estudo, é possível apontar a ausência de uma análise empírica detalhada de casos nacionais específicos ou de discursos políticos e midiáticos de figuras relevantes da extrema-direita, já que o foco esteve na revisão bibliográfica e construção conceitual. Ademais, não foi possível analisar de forma concreta as implicações práticas da politização do medo, seja em normativas, políticas ou na própria circulação social do refugiado. Por isso, indicações para trabalhos futuros envolvem a aplicação do arcabouço teórico aqui desenvolvido em estudos de caso, através da análise de discursos governamentais ou campanhas midiáticas de países que vivenciaram a ascensão da extrema-direita. Assim, seria possível observar, na prática, as ferramentas utilizadas para sustentar a economia emocional do medo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Dados sobre refugiados no Brasil e no mundo**. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 9 maio 2025.

AGUIAR, Carolina Moulin. Entre a crise e a crítica: migrações e refúgio em perspectiva global. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados**, v. 8, n. 16, p. 21–41, 18 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i16.9802>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9802>. Acesso em: 4 jul. 2025.

AHMED, Sarah. **The cultural politics of emotion**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014. p. 62-82.

BERTINO MOREIRA, J.; E HADASSA OLIVEIRA MARQUES DE BORBA, J. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 38, p. 1–20, 2021. DOI: 10.20947/S0102-3098a0137. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1613>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BLEIKER, Roland; HUTCHISON, Emma. Fear no more: emotions and world politics. **Review of International Studies**, v. 34, n. S1, p. 115–135, dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0260210508007821>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/43517250_Fear_No_More_Emotions_and_World_Politics. Acesso em: 1 jul. 2025.

BOCCAGNI, Paolo; BALDASSAR, Loretta. Emotions on the move: Mapping the emergent field of emotion and migration. **Emotion, Space and Society**, v. 16, p. 73–80, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2015.06.009>. Acesso em: 6 maio 2025.

BROWN, Wendy. Neoliberalism’s Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century “Democracies”. **Critical Times**, v. 1, n. 1, p. 60–79, 2018. DOI: 10.1215/26410478-1.1.60. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/critical-times/article/1/1/60/139328/Neoliberalism-s-Frankenstein-Authoritarian-Freedom>. Acesso em: 29 set. 2025.

CARLING, Jørgen; COLLINS, Francis. Aspiration, desire and drivers of migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, p. 909–926, 26 abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384134>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369183X.2017.1384134>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CRAWFORD, Neta C. Institutionalizing passion in world politics: fear and empathy. **International Theory**, v. 6, n. 3, p. 535–557, nov. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1752971914000256>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/abs/institutionalizing-passion-in-world-politics-fear-and-empathy/02D256F7A3EEBB130D527DA98BC76240>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CRAWFORD, Neta C. The passion of world politics: propositions on emotion and emotional relationships. **International Security**, Cambridge, v. 24, n. 4, p. 116–156, 2000. Publicado pelo MIT Press. Disponível em: <https://archive.org/details/InternationalSecurityVol24No4Spring2000>. Acesso em: 14 jul. 2025.

EJDUS, Filip; REČEVIĆ, Tijana. Ontological insecurity as an emergent phenomenon: bottom-up securitization of migration in Serbia. **European Psychologist**, v. 26, n. 1, p. 29–44, 2021. DOI: 10.1027/1016-9040/a000419. Disponível em: <https://econtent.hogrefe.com/doi/pdf/10.1027/1016-9040/a000419>. Acesso em: 3 out. 2025.

FONSECA, N. A. “Você no sabe o que es se sentir humilhada asi”: humilhação, afetos hostis e outras regularidades afetivas do governo do refúgio. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 56, n. 3, 2 dez. 2024.

GLĂVEANU, Vlad Petre; WOMERSLEY, Gail. Affective mobilities: migration, emotion and (im)possibility. **Mobilities**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17450101.2021.1920337>. Acesso em: 3 maio 2025.

GONÇALVES, Júlia; SIMIONI, Fabiane; COSTA, Rafaela Isler da. Moving affects: Ahmed's affect theory and migration politics. **Diálogos Internacionais**, v. 11, n. 107, abr. 2024. Disponível em: <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=3106>. Acesso em: 3 maio 2025.

HUTCHISON, Emma. Why study emotions in international relations? **E-International Relations**, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/03/08/why-study-emotions-in-international-relations/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland. Theorizing emotions in world politics. **International Theory**, v. 6, n. 3, p. 491–514, nov. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1752971914000232>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282981315_Theorizing_Emotions_in_World_Politics. Acesso em: 4 jul. 2025.

KAUNERT, Christian; DE DEUS PEREIRA, Joana; EDWARDS, Mike. Thick Europe, ontological security and parochial Europe: the re-emergence of far-right extremism and terrorism after the refugee crisis of 2015. **European Politics and Society**, v. 23, n. 1, p. 42-61, 2022. DOI: 10.1080/23745118.2020.1842699. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23745118.2020.1842699>. Acesso em: 29 set. 2025.

KINNVALL, Catarina. Globalization and religious nationalism: self, identity, and the search for ontological security. **Political Psychology**, v. 25, n. 5, p. 741–767, 2004. DOI: 10.1111/j.1467-9221.2004.00396.x.

MAHMUD, Basem. Refugees and Asylum Seekers' Emotions in Migration Studies. **RIEM - Revista Internacional de Estudios Migratorios**, [S. l.], v. 11, n. (1), 2021. DOI: 10.25115/riem.v11i(1).6045. Disponível em: <https://ojs.ual.es/ojs/index.php/RIEM/article/view/6045>. Acesso em: 7 maio 2025.

MITZEN, Jennifer. Anxious community: EU as (in)security community. **European Security**, v. 27, n. 3, p. 393-413, 2018. DOI: 10.1080/09662839.2018.1497985. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09662839.2018.1497985>. Acesso em: 30 set. 2025.

MOULIN, Carolina. A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e a produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo. In: OLIVEIRA, Sidney A. (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. Manaus: Editora UFAM, 2012. p. 275-288.

PACE, Michelle. Emotions in migration studies. In: KOSCHUT, Simon; ROSS, Andrew A. G. (ed.). **The Oxford Handbook of Emotions in International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780197698532.013.25>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANDRIN, Paula. The Rise of Right-Wing Populism in Europe: A Psychoanalytical Contribution. In: GUILHERME, Bettina De Souza; GHYMERS, Christian; GRIFFITH-JONES, Stephany; RIBEIRO HOFFMANN, Andrea (eds.). **Financial Crisis Management and Democracy**. Cham: Springer, 2021. p. 227-239. DOI: 10.1007/978-3-030-54895-7_14. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-54895-7_14. Acesso em: 25 set. 2025.

THORLEIFSSON, Cathrine. Disposable strangers: far-right securitisation of forced migration in Hungary. **Social Anthropology**, v. 25, n. 3, p. 327-343, 2017. DOI: 10.1111/1469-8676.12420.

Disponível em: <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/saas/25/3/soca12420.xml>. Acesso em: 30 set. 2025.

ZANI, Beatrice; MOMESSO, Lara. Can the subaltern feel? An ethnography of migration, subalternity, and emotion. **Emotion, Space and Society**, v. 39, maio 2021, p. 100786. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2021.100786>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1755458621000244?via%3Dihub>. Acesso em: 1 jul. 2025.